

Povos Indígenas no Brasil

Fonte NOTÍCIAS POPULARES Class.: 397

Data 03/08/80 Pg.: _____

**Funai evita negociar
com os 21 demitidos**

BRASILIA (Sucursal) — O coronel Ivan Zanoni Hausen, autorizado pela presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para negociar o retorno dos 21 demitidos aos quadros do órgão, não aceitou as primeiras cartas encaminhadas por nove funcionários.

O argumento usado pelo diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário é de que as cartas (todas com o mesmo texto) são "anodiuas". O coronel Hausen sugerira textos "individuais" mas os demitidos optaram por um texto único.

FUNAI PROCESSADA

Diante da recusa, os funcionários dirigiram-se à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção-DF, e o presidente Maurício Corrêa vai procurar o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai. A partir daí os funcionários deverão processar a Funai na Justiça do Trabalho, uma vez que o motivo alegado para as demissões se baseou na Consolidação das Leis Trabalhistas, (CLT) embora o elemento gerador da crise tenha sido uma carta assinada por estes 21 funcionários, na qual denunciavam ao ministro Andreazza os rumos da atual política indigenista, "completamente afastada dos ideais de Rondon".

NEGOCIAÇÕES

O primeiro passo das negociações para retorno dos sertanistas partiu da Funai menos de suas semanas depois das demissões, durante o encontro da Associação Brasileira de Antropologia no Rio de Janeiro. Na ocasião, os funcionários (a maioria antropólogos) foram procurados por um funcionário, José Carlos Barbosa, servidor da Fundação Roberto Marinho. Até então os demitidos desenvolviam uma campanha diária de denúncias contra a Funai, prometendo intensificar as acusações segundo as quais a atual administração parte de uma mentalidade "policia", ameaçando os índios com prisão e convocando a polícia durante encontros entre índios e presidente.

Enquanto duraram os contatos para o retorno, não foi feita nenhuma denúncia e hoje os indigenistas acreditam que as negociações propostas pela Funai foram uma tática para que, por algum tempo, o órgão ficasse de fora do noticiário.